

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA

Secção de Cumprimento de Sentenças

Processo n.º 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo

Autor/Requerente: José Manuel da Silva, residente em Rua da Boavista, 45, 3.º Dto., 1050-067 Lisboa, NIF 123 456 789.

Réu/Requerido: XYZ – Serviços de Tecnologias, Lda., sede em Avenida das Nações Unidas, 12, 5.º Esq., 1990-123 Lisboa, NIF 504 321 987.

Juíza: Dr.ª Maria de Lurdes Santos

CERTIDÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Eu, **Dr. António Ribeiro**, Escrivão-Chefe da Secção de Cumprimento de Sentenças do Tribunal do Trabalho de Lisboa, portador da cédula profissional n.º OA 12345, certifico, para os devidos efeitos, o que segue:

Item	Descrição	Valor / Prazo	Situação
1	Pagamento da indemnização por despedimento ilícito, fixada em € 15 000,00 (quinze mil euros)	Pago em 10 de janeiro de 2026, mediante transferência bancária para o IBAN PT50 1234 5678 9012 3456 7890, efetuada pela XYZ – Serviços de Tecnologias, Lda.	Cumprido
2	Reintegração do trabalhador no posto de “Analista de Sistemas”, com efeitos retroativos a 20 de dezembro de 2025	Reintegração efetivada em 15 de janeiro de 2026, com o pagamento dos salários e demais prestações devidas desde a data retroativa	Cumprido
3	Pagamento de salários em atraso (meses de outubro a dezembro de 2025)	€ 3 600,00 (três mil seiscientos euros) – transferido em 12 de janeiro de 2026 para a conta bancária do Autor (IBAN PT50 9876 5432 1098 7654 3210)	Cumprido
4	Cumprimento da obrigação de comunicação prévia do despedimento, nos termos do artigo 351.º do Código do Trabalho	A empresa procedeu à comunicação escrita ao trabalhador, datada de 18 de dezembro de 2025, anexada ao processo de cumprimento	Cumprido

Fundamentação

1. **Sentença** – Proferida pela Juíza Dr.ª Maria de Lurdes Santos, em 5 de dezembro de 2025, a sentença julgou improcedente a alegação de justa causa, condenando a XYZ – Serviços de Tecnologias, Lda. ao pagamento de indemnização por despedimento ilícito, à reintegração do trabalhador e ao pagamento de salários em atraso, nos termos do artigo 351.º do Código do Trabalho.

2. **Cumprimento** – A empresa ré cumpriu integralmente todas as obrigações fixadas na referida sentença, dentro dos prazos legais (30 dias a contar da notificação da decisão). Não foram identificadas pendências ou incumprimentos que justifiquem a abertura de procedimento de execução adicional.
3. **Arquivamento** – Nos termos do artigo 704.º do Código de Processo Civil, com a verificação do cumprimento total da sentença, procede-se ao arquivamento do presente procedimento de cumprimento.

Conclusão Conforme o exposto, **declaro que a sentença proferida no Processo n.º 1234/2026 foi integralmente cumprida**, não subsistindo quaisquer obrigações pendentes por parte da XYZ – Serviços de Tecnologias, Lda. Em consequência, o presente processo de cumprimento será arquivado.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Dr. António Ribeiro

Escrivão-Chefe – Secção de Cumprimento de Sentenças
OA 12345

Observação: Esta certidão será juntada ao processo principal e será comunicada às partes, nos termos do artigo 706.º do Código de Processo Civil.